

Revista Crítica
de Ciências Sociais

Revista Crítica de Ciências Sociais

67 | 2003

Cidade / Artes / Cultura

Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial

Memory and public space in post-industrial Barcelona

Mémoire et espace public en Barcelone post-industrielle

Mari Paz Balibrea

Translator: António Apolinário Lourenço



Electronic version

URL: <http://rccs.revues.org/1110>

DOI: 10.4000/rccs.1110

ISSN: 2182-7435

Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Printed version

Date of publication: 1 décembre 2003

Number of pages: 31-54

ISSN: 0254-1106

Electronic reference

Mari Paz Balibrea, « Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 67 | 2003, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 01 Outubro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/1110> ; DOI : 10.4000/rccs.1110

The text is a facsimile of the print edition.



MARI PAZ BALIBREA

Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial

O artigo aborda o papel que a aposta na cultura, como factor de regeneração económica e de atracção de investimentos, consumidores e turistas, tem vindo a desempenhar na reconversão pós-industrial de Barcelona. Discutem-se as implicações desta linha de orientação das políticas urbanístico-culturais sobre a concepção e a organização do espaço público da cidade e sobre as condições de produção de memória colectiva local. Uma análise do projecto de museologização das ruínas encontradas no antigo Mercat del Born permite explorar de forma mais complexa o envolvimento dos diversos tipos de actores nos processos de produção de espaço público e memória colectiva. Concedendo especial atenção aos interesses da comunidade local e à presença de populações imigrantes, a autora propõe uma concepção mais plural, negociada e dinâmica da produção do espaço público na cidade.

Barcelona é hoje em dia uma urbe pós-moderna, e com este adjectivo pretendo fazer referência ao modo como os reordenamentos do capitalismo global nos últimos trinta anos mudaram a sua situação geopolítica e os termos da sua viabilidade. Por um lado, as enormes transformações sofridas pela cidade neste período encaixam bem num modelo reconhecido em muitas outras cidades cujo desenvolvimento capitalista na modernidade tinha sido propiciado pela sua conversão em centros financeiros e industriais. O fim da produção industrial como motor económico, político, social e cultural da urbe, devido à sua deslocação maciça para zonas da Ásia e para as periferias menos desenvolvidas, mas mais vantajosas para o capital, dá lugar ao reordenamento urbano que conhecemos com o nome de cidade pós-industrial. Por outro lado, a cidade viu-se afectada, sobretudo desde a integração de Espanha, em 1986, na Comunidade Europeia, pela presença cada vez mais importante de populações imigrantes extracomunitárias¹,

¹ Em Janeiro de 2003, segundo o registo municipal da Câmara de Barcelona, a população estrangeira constituía 10,7% do total da cidade, com uma taxa de crescimento anual de 43,3%. Cerca de metade destes são latino-americanos, um quarto são europeus (sendo um terço deles extracomunitários) e a outra quarta parte é constituída por asiáticos e africanos, estes últimos maioritariamente muçulmanos. Muitos deles dedicam-se ao pequeno comércio, à restauração, à construção civil e, no caso das mulheres, ao serviço doméstico, para além de outras formas de economia subterrânea.

que complicam a convivência local com a incorporação precária, em níveis até então desconhecidos, de outras culturas, religiões e raças.² Em resumo, Barcelona é, além de pós-industrial, pós-colonial.³ Este trabalho começa a sua argumentação incidindo na consideração de Barcelona como urbe pós-industrial, e conclui-la-á integrando nestas considerações a importância decisiva da nova presença imigrante na cidade.

Barcelona cidade de cultura

Franco Bianchini (1993: 3) notou como, entre as tendências principais em matéria de políticas urbanas de regeneração, desenvolvidas desde os anos setenta em cidades da Europa ocidental afectadas pelo processo desindustrializador, a cultura ocupa um amplíssimo e crucial terreno a gerir e promover. Amplíssimo, porque inclui as “artes” tradicionais (literatura, teatro, música, pintura, dança, escultura), mas a estas acrescenta disciplinas que já nasceram como indústrias: cinema, TV, vídeo, publicidade, moda, design. Todas elas são imprescindíveis para abastecer e atrair o mercado do lazer globalizado, para alimentar a nova indústria do turismo destinada a converter-se no motor regenerador das economias urbanas em crise. Esta nova centralidade da cultura exige-nos que a definamos a partir de uma perspectiva nova. O debate cultural, como argumentou também Andreas Huessen (Borja-Villel, 2002: 5), deixou de se colocar em torno da dicotomia cultura popular/cultura de elites, não só pela radical interpelação de todo o objecto cultural dentro das regras do mercado capitalista, mas também, mais especificamente, pelas alterações que sofre numa época em que as grandes empresas do entretenimento descobriram o valor da cidade e dos turistas que a visitam para as suas estratégias de marketing. No contexto pós-industrial, a cidade é o âmbito privilegiado da cultura.

Enquanto se vai perfilando a viabilidade de regenerar Barcelona, convertendo-a num centro importante para as indústrias do turismo, do lazer e da cultura, assim como – ainda que com muito menos êxito – para as de comunicações e tecnologia, a cultura emerge como um catalisador fundamental

² É evidente que as correntes migratórias são uma das chaves para entender, não só o momento pós-moderno, mas todos os períodos da história da humanidade. Na história moderna de Barcelona a imigração procedente das zonas rurais da Catalunha e, desde os anos cinquenta, de outras regiões menos desenvolvidas de Espanha, foi um factor chave do seu desenvolvimento, proporcionando a mão-de-obra necessária para a indústria barcelonesa (Roca, 2003). O que é novo – e difícil de gerir –, no que respeita às novas correntes migratórias que afectam hoje em dia toda a Espanha, é o seu carácter global, transnacional.

³ De facto, duplamente pós-colonial. Por um lado, como receptora de fluxos migratórios globais que caracterizam o momento geopolítico actual a nível global; por outro, como receptora, entre outras, de migrações procedentes de antigas colónias do Estado espanhol, que constituem, de facto, a maior parte da presença imigrante em Barcelona (veja-se nota 1).

das transformações necessárias. No novo contexto, a cultura redefine-se na sua capacidade de incluir tudo aquilo que tenha que ver com o consumo da cidade: museus, comida, música, espectáculos, centros comerciais, a atmosfera nas ruas, tudo contribui para o negócio da cultura. À medida que a economia da cidade se terciariza, especializando-se nas indústrias de serviços, todo o espaço urbano é susceptível de ser cultural. Mais do que isso, é-o na medida em que integra um “objecto” que está a ser trabalhado continuamente com o objectivo de convertê-lo numa mercadoria desejável para o consumo do visitante, para o qual a capacidade atractiva e o significado de Barcelona dependem do seu valor como “cultura mediterrânea”. É neste sentido que a cidade se torna no próprio produto a vender dentro de uma economia global, num mercado ferozmente competitivo de cidades igualmente empenhadas na aposta pela indústria cultural e onde o mais difícil, como em qualquer tipo de concorrência dentro do mercado capitalista, é demonstrar a diferença: que se tem algo único e melhor para oferecer.⁴

Espaço público/espço de cultura

Também em Barcelona são as políticas institucionais⁵ implementadas desde os anos oitenta que têm permitido esta enorme acentuação do cultural. Desde o final da ditadura, em 1975, e mais especificamente desde a chegada ao poder municipal do Partit Socialista de Catalunya, em 1977, as políticas culturais têm-se convertido no motor central de regeneração da cidade. No princípio, estas políticas desempenham a função, crucial no período da transição para a democracia, de integrar a comunidade local, sobretudo os seus sectores mais desfavorecidos – mas também politicamente mais activos –, transformando-a em parceiro e presença visível das políticas urbanas. Isso traduz-se imediatamente na geração de novos e melhores espaços públicos.

⁴ A conversão de Espanha em destino turístico maciço data, como sabemos, dos anos sessenta e alimenta-se duma certa concepção romântica, primitivista e exotizadora do país, herdada dos princípios da modernidade, que o identifica pelas suas praias, sol e folclore. A mais recente conversão de Barcelona em centro turístico é distinguível desta, ainda que também não esteja desligada dela. A “mediterraneidade” da cidade e a sua proximidade em relação à costa continuam a explorar o apelo do sol e da praia, mas há que juntar a isso uma oferta turística especificamente urbana, e particularmente centrada no cultural, de novo tipo.

⁵ Neste trabalho, refiro-me frequentemente às instituições locais como se todas elas, Câmara Municipal, Generalitat (Governo autonómico) e “Diputació” (administração provincial), fossem um todo indiferenciado, dado que a sua diferenciação não é primordial para o argumento deste artigo. De facto, as relações entre as diferentes administrações locais têm sido desde o princípio da Transição, e continuam a ser, tormentosas, particularmente entre a Generalitat, de corte nacionalista conservador, e a Câmara Municipal, social-democrata e não nacionalista. Para um resumo útil dos conflitos entre as administrações locais barcelonesas em matéria de cultura e museus entre 1975 e 2000, veja-se Mascarell, 2001, e Balibrea, 2001.

À medida que entramos nos anos oitenta, e especialmente desde a adjudicação, em 1986, da sede dos Jogos Olímpicos de 1992, as políticas urbanístico-culturais orientam-se claramente para a captação do investimento exterior através da promoção da imagem de Barcelona, construída em grande parte à base de intervenções no tecido urbano e no espaço construído. Objectivo: a atracção de investimentos e turismo, para tornar a cidade economicamente viável e competitiva no contexto pós-industrial.⁶

A transformação de Barcelona de uma cidade industrial numa outra pós-industrial, em que o motor económico passa a ser a indústria cultural, produziu-se principalmente ao nível físico do espaço construído. Para começar, os Governos locais fizeram grandes investimentos no restauro e limpeza de numerosos edifícios da cidade, privilegiando as zonas em que o património arquitectónico podia ser rentabilizado como atracção turística.⁷ A estas obras de reabilitação juntou-se a proliferação de novas intervenções arquitectónicas assinadas por grandes figuras do grémio. Foster, Meier, Viaplana, Calatrava, Isozaki, Moneo, Miralles, Nouvel, entre outros, aproximam perigosamente Barcelona do modelo daquilo que Christine Boyer (1994: 4) chamou “a arte contemporânea de construir a cidade”.⁸ A maior parte destes projectos foi financiada, total ou parcialmente, com dinheiro público, com a intenção de construir novos espaços públicos como museus, pavilhões desportivos, pontes ou torres de comunicações.

Neste contexto dominante, passa a segundo plano o interesse inicial dos Governos socialistas locais numa concepção da cultura urbanística assente

⁶ Estudei mais sistemática e detidamente noutro lugar (Balibrea, 2001) as sucessivas transformações e políticas culturais que levaram à configuração do chamado “modelo Barcelona” de cidade.

⁷ Mais concretamente, esta política privilegiou a zona do *Eixample*, onde se conserva o mais importante património de arquitectura modernista da cidade – com Antoni Gaudí à cabeça – e que constitui uma das zonas turísticas mais atractivas.

⁸ No original “the contemporary art of city building”, que ela define como “Derivada da perspectiva dos profissionais de arquitectura e planeamento, pertencentes à classe média branca, que se preocupam de forma despolitizada com a posição competitiva da cidade na reestruturação global do capital, centrando-se assim miopemente na mercantibilidade da cidade através da melhoria da sua imagem, qualidade de vida e capital cultural. [...] Agora, neste período de triunfo da cultura do consumo, as paisagens estilizadas e os ambientes estandardizados tornaram-se instrumentos vitais para aumentar o prestígio e a deseabilidade dos lugares” (Boyer, 1994: 4-5). A crítica de Boyer alude ao triunfo, nas cidades pós-industriais, da arquitectura sobre o urbanismo, um problema que Koolhaas articularia provocativamente na sua afirmação da morte do urbanismo: “Ficámos agora com um mundo sem urbanismo, só com arquitectura, cada vez mais arquitectura. A nitidez da arquitectura constitui a sua sedução; define, exclui, limita, separa do “resto” – mas também consome. Explora e esgota os potenciais que, em última análise, só podem ser gerados pelo urbanismo, e que só a imaginação específica do urbanismo pode inventar e renovar” (Koolhaas, 2000: 328). Para muitos, o “modelo Barcelona” é a resposta a esta situação, o regresso do urbanismo. Para compreender melhor em que medida Barcelona é ou não um modelo a seguir, veja-se Balibrea, 2001.

no princípio de que o espaço construído gera significados sociais, e que tinha como objectivos principais a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos e a participação destes nas decisões que afectam os espaços públicos. As políticas urbanas dos primeiros Governos socialistas locais podem sintetizar-se no *slogan* posto em circulação por Oriol Bohigas, o urbanista mais influente da Barcelona democrática: “monumentalizar a periferia, regenerar o centro.”⁹ Monumentalizar a periferia significava para Bohigas dotar de qualidade arquitectónica os subúrbios operários da cidade, mediante pequenas intervenções e a edificação de monumentos, distribuídos estrategicamente, por ser seguro que essa nova presença aumentava a qualidade do espaço público, e com isso, potencialmente, a qualidade de vida dos seus utentes. Tratava-se de uma concepção do espaço construído que revelava consciência do seu impacto no espaço social em que se inscrevia e da re-significação simbólica que era capaz de introduzir num contexto social determinado e nas vidas dos seus cidadãos mais desfavorecidos. Apesar do carácter obsoleto e paternalista de alguns aspectos destas propostas,¹⁰ elas partiam de um entendimento do espaço público e da cultura urbana muito mais integrador do que aquele que se imporia posteriormente.

Do ponto de vista filosófico, o que marca o afastamento dos projectos do primeiro urbanismo democrático barcelonês é uma alteração no modo de conceber o espaço público. O espaço público é aquele a que todos os cidadãos têm acesso, definição ampla que, nas nossas cidades capitalistas carregadas de desigualdades, não passa de um ideal democrático, para o qual se deve tender. Outra definição mais restrita é a de um lugar onde as pessoas se reúnem para, espontânea ou deliberadamente, constituírem um público e fazerem ouvir sua voz política. Light e Smith (1998: 5) caracteri-

⁹ Veja-se o meu artigo, já citado, para uma análise pormenorizada do projecto urbanístico de Bohigas.

¹⁰ Em grande medida, o *slogan* de Bohigas é, no ano de 2003, uma ferramenta inútil para definir as necessidades da urbe barcelonesa. Para começar, as definições de centro e periferia foram profundamente transformadas na cidade desde o início dos anos 80, em que ele concebeu o seu projecto. De facto, as macro-intervenções urbanísticas dos últimos quinze anos, e que continuam em curso, concentraram-se na promoção daquilo que se conhece como “áreas de nova centralidade”, situadas no norte da cidade, ao longo da franja marítima (Vila Olímpica, Port Nou, Diagonal-Mar, Fòrum 2004), e que vieram espacialmente substituir as áreas onde se haviam instalado a indústria da cidade e as classes trabalhadoras, ou seja, algumas das antigas periferias. Segundo, a configuração cidadã mudou qualitativamente, e as antigas periferias, que há trinta anos eram entendidas, erroneamente, como homogéneas na sua qualidade de bairros operários, apresentam hoje agendas políticas e simbólicas muito mais heterogéneas e difíceis de conciliar, devido à presença de novos imigrantes. Por último, o conceito de Bohigas de monumento provém de um entendimento da arte e da cultura como um projecto que, com toda a sua boa vontade, se exerce de cima para baixo, e que não tem em conta como uma comunidade carrega os seus espaços próprios de sentido, monumental, ritual, etc. (Hetherington, 1998: 17-19), sem esperar que as instituições lhe adjudiquem um objecto que se supõe excepcional, porque vem carregado de capital cultural.

zam-no, na sua concepção originária moderna, como “um lugar de dever cívico, fermento político ou educação social”, mas opinam que no contexto actual se limita a ser “uma fonte de entretenimento”. Grande parte do êxito na percepção nacional e internacional do “modelo Barcelona” de regeneração urbana baseia-se na interpretação positiva das intervenções feitas com dinheiro público para a criação de novos espaços, também públicos, para toda a sua população. Barcelona pode felicitar-se por ter evitado, de momento, os perigos associados sobretudo às cidades dos EUA, nas quais estão a desaparecer vertiginosamente os espaços públicos, como lugares de mediação e encontro (Carataga, 1998: *passim*). Contudo, a partir do momento em que a intervenção pública para criar espaço público construído obedece cada vez mais à lógica das relações institucionais locais com a conjuntura dos mercados globais, e não à destas instituições com as necessidades e desejos da população local, desvirtua-se o sentido do espaço público e a sua contínua evocação acaba por ser apenas uma retórica suspeita. Encontramo-nos ante uma redefinição de espaço público que sublinha a sua função como espaço de lazer e de consumo cultural, desenfazendo a de lugar de encontro e politização. No contexto da regeneração urbana pós-industrial, pode perguntar-se para quem se constrói o espaço público, pois a resposta moderna de que é o cidadão¹¹ o seu destinatário já não é satisfatória. A afirmação seguinte de Curtis, se a pensarmos no contexto barcelonês, é inquietante: “Os turistas são cada vez mais os habitantes interpellados das cidades. O turista ideal encarna o distanciamento do *flâneur* e o empenhamento do consumidor ideal” (Curtis, 2000: 67). Que consequências tem considerar o turista como um actor social na construção de espaço público? Primeiro, a de intensificar a construção de um espaço carregado de capital cultural e radicalmente conectado com o consumo, que tende a excluir quem, forasteiro ou local, não tem poder aquisitivo para justificar a sua presença nesse lugar; segundo, a de submeter cada vez mais os significados colectivos da monumentalidade urbana, dos seus espaços de densidade simbólica (Mandoki, 1998), à sua integração em narrativas construídas para agradar ao visitante; terceiro, e relacionado com o anterior, a de privilegiar os espaços monumentais que demonstrem a sua rentabilidade no mercado turístico.

Dada a impossibilidade de estudar exhaustivamente este tema no espaço deste artigo, abordarei a seguir a interpretação dos significados que considero mais importantes das transformações do espaço público barcelonês, a

¹¹ Com todas as restrições históricas de género, raça, religião, classe que conhecemos, mas que tenderam, sobretudo ao longo do século XX, a ser corrigidas, ou pelo menos a não se institucionalizarem.

partir de um ângulo concreto: o de como se alteraram as condições de possibilidade de geração de memória colectiva local e as consequências que isso está a ter na definição dos novos espaços públicos e na dos seus utentes.

Espaço público urbano e memória colectiva

Do ponto de vista das intervenções espaciais promovidas e/ou financiadas com dinheiro público, Barcelona viu o seu património arquitectónico moderno – e, portanto, a sua memória construída – tratado de forma ambivalente. Preferiu-se, em geral, não salvaguardar a herança cidadã moderna derivada do seu património industrial. Num contexto pós-industrial, a primeira coisa que sobra é o espaço social ocupado por pólos das actividades produtivas que caíram em desuso. Edificações e zonas inteiras foram arrasadas e substituídas, depois das sucessivas reconversões industriais, por nova arquitectura e novo urbanismo,¹² e em raras ocasiões foram readaptadas para acolher equipamentos mais apropriados e úteis para a nova economia terciária.¹³ Nalgumas ocasiões, a construção de um novo espaço respondeu à lógica de uma reconfiguração urbana necessitada de novos ícones, capazes de representar sinodoquicamente uma cidade em vias de se redefinir a si mesma.¹⁴ Estes processos de substituição de uns espaços por outros colocam a questão da memória colectiva, que vive associada à experiência dos espaços colectivos próprios de uma comunidade (Hetherington, 1998: 17-18). O balanço em Barcelona a este respeito não pode deixar de ser crítico, quando, com a desapareção maciça do património arquitectónico industrial da cidade, se arrasava também em boa medida a possibilidade de gerar algo semelhante ao apoio público de uma memória colectiva complexa do passado industrial barcelonês.

Com efeito, a proeminência que foram adquirindo os novos edifícios, como novos significantes da cidade, desvalorizou o estatuto simbólico que antes nela tinham outros espaços urbanos e arquitectónicos, e em especial os que aludiam ao seu passado industrial. A maioria do terreno convertido ao uso de serviços, de lazer ou residencial, desde os anos 80, é o resultado da requalificação de terrenos industriais, anterior à demolição das velhas fábricas que os ocupavam. Só alguns são conservados na sua totalidade, ou em fragmentos dessemantizados, que se preservam como monumentos.¹⁵

¹² Este é o caso das actuais zonas ocupadas pela Vila Olímpica e Diagonal Mar.

¹³ Como é o caso dos museus Fundació Tàpies e CaixaFòrum, antigas sedes de uma tipografia-editora e de uma fábrica têxtil, respectivamente. Também se deram casos de antigas fábricas convertidas em bibliotecas ou centros cívicos.

¹⁴ Como é o caso da Torre de Comunicações do Tibidabo ou do Port Olímpic.

¹⁵ Este é o caso das várias chaminés que se conservam dispersas pela cidade, rodeadas de um novo espaço residencial ou de uso comercial.

Estes fragmentos não se limitam a perder toda a função prática, pois com a sua nova localização reduz-se também o potencial simbólico que possam ter. Em teoria, tais fragmentos, hoje monumentalizados – por exemplo, uma chaminé –, são alusões ao passado e conservam com a sua presença o potencial para se converterem em símbolos de uma actividade e uma forma de vida hoje desaparecidas. No entanto, a sua recontextualização espacial, a nova sintaxe do espaço, tende a desconectá-los da história local onde tinham sentido. Isolados no meio de áreas reconvertidas em centros comerciais, complexos residenciais para as classes médias ou escritórios de luxo, é difícil que possam transmitir um sentido complexo da sua própria historicidade àqueles que nada sabem do passado local, ou que possam converter-se em lugares de memória para aqueles que o conhecem. Ficam no espaço como citações planas e mudas. A sua historicidade pode decifrar-se, evidentemente, através da investigação histórica, mas muito mais dificilmente, graças à experiência que o novo espaço de que fazem parte facilita, através da interacção do corpo com as novas configurações espaciais. A sua disposição no espaço oculta a complexidade de um passado industrial caracterizado por lutas colectivas e relações humanas vividas nesse mesmo lugar, quando era outro lugar, e substitui essa complexidade por uma nova configuração espacial que promete a ausência de conflitos através da homogeneidade social e da igualdade pelo consumo e graças ao mercado. Por outras palavras, estes vestígios do passado não conseguem capturar a cultura nem a política do lugar de que procedem. Algo similar pode argumentar-se no que respeita aos edifícios industriais que foram conservados e refuncionalizados como espaços culturais. A alusão potencial ao antigo complexo industrial que a sua simples presença invoca dissolve-se na estetização, que implica uma restauração atenta exclusivamente aos valores artísticos do edifício original, e não ao papel que o edifício pode ter tido na construção da actual e próspera cidade. Nos lugares em que houve, além disso, um forte processo de substituição de população (*gentrification*), estas citações arquitectónicas podem converter-se ainda em mais alienantes, na medida em que já não podem conectar-se com a memória de uma população local que teve de partir, porque já não lhe era possível viver nesse lugar. Aqueles que tinham enchido o espaço de sentido social, no passado industrial, e os seus descendentes e familiares, já não estão ali para integrar esses vestígios em espaços quotidianos de uso e de memória colectiva.

Nestas condições, a citação arquitectónica do passado, paradoxalmente, o que promove é a amnésia e a ausência de reflexão sobre a história. Esta nova monumentalidade converte o objecto do passado numa carapaça vazia, num signo exclusivamente significante, carente de significado ou unido

tenuemente a ele, liberto e facilmente aproveitável, tanto para justificar o interesse das instituições locais em conservar a memória da cidade, como para servir de logotipo a um novo centro comercial. A sua re-significação é, ao mesmo tempo, dessemantização.

A outra face do tratamento institucional da memória local moderna constituída através dos seus espaços, implica questões de identidade nacional. A cidade intensificou, desde o período da Transição, a sua identidade catalã, como capital de Catalunha, através da recuperação e apetrechamento de museus (Museu Nacional d'Art de Catalunya, Museu d'História de Catalunya),¹⁶ sedes diversas de instituições políticas (Generalitat – Governo autónomo –, Parlament) ou culturais (Liceu – a ópera de Barcelona –, Institut d'Estudis Catalans ou Biblioteca Nacional de Catalunya), todos eles com uma presença arquitectónica que foi sublinhada, no espaço, através de obras de restauro e melhoria e, no discurso, pelo seu valor simbólico. No contexto actual – chamado por alguns pós-nacional –, as minorias nacionais encontram um contexto propício para nele se apoiarem. No caso catalão, esse contexto refere-se tanto ao nível do Estado espanhol (agora democrático e até certo ponto respeitador das diferenças nacionais) como ao nível internacional, onde o Estado espanhol se vê questionado e debilitado por entidades supranacionais (Comunidade Europeia, Nações Unidas, Europa das Regiões).

Por outro lado, e introduzindo de novo a lógica da indústria cultural, a História local não pode furtar-se à sua condição de geradora de atracção turística. Os museus, em particular, constituem-se em formas espaciais privilegiadas para alojar configurações hegemónicas e facilmente consumíveis da história local. Ali se constroem narrativas para o visitante, destinadas a fazê-lo entender a cidade ou a nação como um todo coerente e sem fissuras.¹⁷ Neste sentido, histórias e passados colectivos museologizados são essenciais para definir a cidade. Nas palavras de Borja-Villel, director do Museu de Arte Contemporânea de Barcelona – MACBA:

Pertençam a instâncias públicas ou privadas, pede-se aos museus um papel activo na configuração de um programa artístico idealizado em função de uma concepção utilitária da arte, como chamariz para atrair turistas. Aposta-se no espectáculo, fomen-

¹⁶ Para uma introdução à política museológica em Barcelona desde 1975, veja-se o Caderno Central da revista *Barcelona Metròpolis Mediterrànea*, 55 (“Património, museus e cidade”, 2001), dedicado monograficamente ao tema dos museus da cidade.

¹⁷ Ferrán Mascarell, na época Vereador da Cultura e presidente de l'Institut de Cultura de Barcelona, explica como se concebeu o MNAC, nos primeiros anos da Transição democrática: “O Museu Nacional de Catalunya tinha que converter-se na referência nacional e internacional da cultura catalã.” (Mascarell, 2001)

tam-se os festivais [...], mas não a cultura como negociação e agonia, como lugar onde se recria a esfera pública e se questiona a nossa posição no mundo. O museu e a cidade transformam-se numa espécie de parque temático, situado num presente contínuo, disfarçado de falsa memória, no qual as relações entre os indivíduos se baseiam no consumo e o sujeito político é substituído pelo consumidor. (Borja-Villel, 2002: 6)

Como instituição moderna por excelência, o museu organizado em função de uma denominação nacional (Catalunha neste caso) teve historicamente a missão de contribuir para a formação de uma identidade colectiva. Isto confere-lhe uma missão educativa e, desde que tenha o objectivo de universalizar o acesso a ele, utopicamente democrática face aos cidadãos da nação ou da comunidade imaginária em questão (Duncan, 1991: *passim*). Entre os museus com mais êxito de Barcelona, a julgar pelo número de visitantes,¹⁸ estão os que colecionam predominantemente a herança artística catalã (Museu Nacional d'Art de Catalunya – MNAC, Museu d'Història de Catalunya – MHC) e os que contam a história da cidade (Museu d'Història da Ciutat de Barcelona – MHCB). Quase todos estes são, no seu actual formato, criações do período democrático.¹⁹

É muito significativo notar que actualmente esses espaços institucionalizados da história/cultura local são sobretudo visitados por estrangeiros ou não catalães. Um estudo recente (Aragay, 2002b: 44) revela as seguintes percentagens de visitantes nos museus de história da cidade de Barcelona:

- 50% europeus da Comunidade Europeia, excluindo os espanhóis;
- 15% estrangeiros de países fora da Comunidade Europeia;
- 14% espanhóis, excluindo os catalães;
- 20% catalães.

Por outras palavras, 80% das pessoas que visitam este tipo de museus não são aquelas que seria de imaginar, de acordo com uma concepção moderna do museu: as catalãs. Portanto, não é arriscado supor que aqueles que os visitam não o fazem por considerarem o museu como depositário da sua própria memória colectiva, mas para aprender algo da história colectiva

¹⁸ Cerca de 300.000 por ano cada um deles.

¹⁹ O MNAC desenvolve uma ideia de museu que tinha sido concebida e começada a levar a cabo em 1934, durante a Segunda República. Não abre as suas portas como tal antes de 1992, e está ainda hoje em processo de ampliação. O MHC funda-se em 1996. O MHCB, por seu lado, fundou-se em 1943, em plena ditadura franquista. Centra-se sobretudo no património arquitectónico da cidade, aproveitando um enclave estratégico no centro do bairro gótico, e que alberga as ruínas romanas descobertas no próprio subsolo do edifício, hoje parte da colecção museológica. É o museu actual da cidade que recolhe o património arqueológico mais importante. Voltarei ao tema da arqueologia na última parte do artigo.

de outra comunidade. Se a memória histórica e colectiva tem sido ao longo da modernidade instrumentalizada por diferentes políticas de representação, o que aparece como novo, a julgar pelas estatísticas mencionadas, é que essa instrumentalização já não se orquestra para o cidadão, mas sim para um novo actor social no espaço público local: o turista. O cidadão, a comunidade local na sua maioria, ao não visitar o museu onde se supõe que se deposita a sua (ou o melhor da sua) história e (d)a sua cultura, não está a ser interpelado por ele (por uma construção simbólica cuja ideologia se manifesta tanto nos objectos expostos, como na sua ordenação espacial, como nas narrativas utilizadas para os explicar), permanecendo, pelo contrário, alheio às suas dinâmicas ideológicas. Se continua a ser certo que estes espaços culturais acrescentam e ajudam a definir uma identidade colectiva local, será mais como ícones de referência abstracta do que como espaços sociais vividos e incorporados na experiência da população local dos “espaços de catalanidade”.

Em conclusão, tanto se considerarmos as actuações positivas de construção de espaços de memória como as negativas de destruição destes, a intervenção no espaço público de instituições e interesses privados produz um resultado similar de esvaziamento da memória local construída. Seja porque os edifícios foram derrubados e os espaços desfigurados; seja porque o público que assiste ao “espectáculo da memória” não é maioritariamente local; seja pela intensificação da significação do espaço de memória como espaço de cultura/consumo; o resultado das intervenções hegemónicas para transformar e re-significar o espaço público barcelonês nos últimos quinze anos é a perda da conexão do cidadão com a memória moderna da cidade.

Até este momento defini as transformações ocorridas na Barcelona pós-industrial baseando-me exclusivamente numa apreciação das intervenções institucionais no espaço público, em particular do impacto que tiveram sobre os espaços potenciais da memória moderna da cidade. Na última parte deste trabalho, quero abordar a constituição e inserção da memória no espaço barcelonês pós-industrial, atendendo mais complexamente aos diferentes agentes que considero implicados nesse processo. Uma vez mais por questões de espaço, cingir-me-ei ao caso particular de um novo museu de história projectado para o centro histórico da cidade. Terei em conta aqui, para valorizar o impacto da história dentro da comunidade local onde se integrará o museu, não só os interesses que me ocuparam até agora, os expressados por instituições e outros poderosos grupos de interesse, mas também a capacidade que o museu, como intervenção num tecido urbano vivo e transformável, tem de re-significar positivamente o espaço

social em relação dinâmica com os seus utentes. Com isso pretendo também inscrever no mapa da cidade pós-industrial um círculo mais amplo de agentes sociais.

Museus, arqueologia e o espaço público da história

Em Maio de 2001 foi encontrado um conjunto de ruínas, enquanto se escavava no centro do bairro de La Ribera.²⁰ As escavações faziam parte das obras de construção de uma nova biblioteca (Biblioteca Provincial de Barcelona), cujas instalações deviam ser financiadas pelo Governo central de Madrid, e cuja realização tinha sido adiada, por diversas razões, durante vinte anos. A biblioteca devia ocupar o espaço do antigo mercado de abastecimento, conhecido como Mercat del Born, de forma que o novo edifício preservasse e refuncionalizasse a arquitectura original do mercado.

Quando se encontraram as ruínas, pararam as obras. Chegaram peritos para as inspeccionar, concluindo que tinham um excepcional valor histórico, o que as elevou imediatamente à categoria de sítio arqueológico. As ruínas encontravam-se extraordinariamente preservadas, porque nunca se tinha edificado nada pesado (incluindo o mercado) sobre elas. As escavações tinham trazido à superfície parte importante das mil casas arrasadas em 1714 para construir no seu lugar uma cidadela militar,²¹ erigida com o propósito de vigiar e controlar a cidade. Na guerra entre Habsburgos e Bourbons pelo direito à coroa espanhola, os catalães tinham-se colocado ao lado do Arquiduque Carlos, um Habsburgo, e contra aquele que viria a ser o vencedor, o Bourbon Felipe V, o qual, quando chegou ao poder, não teve piedade dos catalães. Na sua azáfama para reprimir e humilhar os sediciosos, obrigou os habitantes de La Ribera, em Barcelona, a destruírem as suas próprias casas para construir uma cidadela militar. Esta derrota, humilhação e consequente repressão dos catalães é o acontecimento privilegiado da memória colectiva da opressão da catalanidade. A sua centralidade na constituição do sentimento nacional é tal que foi a data em que aconteceu esse ultraje, 11 de Setembro, que os catalães escolheram para celebrar a *diada*, o dia da nação catalã.

²⁰ La Ribera está situada no Casc Antic da cidade. A sua geografia social é variada: inclui partes daquilo que um dia foi o centro mais afluente da cidade, antes da expansão de Barcelona para fora das muralhas romanas em meados do século XIX, em parte restaurado hoje para albergar as novas classes médias; com ela convivem áreas muito deprimidas, residência de parte importante da população imigrante extracomunitária, que constitui 31,1 % da população do bairro (Ajuntament de Barcelona, 2003), e de uma classe popular fortemente enraizada. A estas há que acrescentar uma importante zona de bares e restaurantes. La Ribera é também sede de alguns museus muito visitados, destacando-se o Museu Picasso. As zonas do bairro associadas a actividades comerciais e de lazer são muito frequentadas por turistas e locais.

²¹ No espaço onde hoje se situa o Parque da Ciudadela.

Os vestígios arqueológicos criaram uma agitação considerável. As associações locais de vizinhos expressaram o seu desejo de que a biblioteca permanecesse no lugar originalmente projectado, pois consideravam-na um elemento regenerador da zona. Associações de arqueólogos, historiadores e bibliotecários publicaram, por sua vez, manifestos exigindo a preservação total das ruínas, a sua museologização e, conseqüentemente, a transferência para outro lugar do projecto da biblioteca. Os seus argumentos valorizavam o achado na sua relação com a história passada da cidade. Apelava-se à identidade catalã invocando a história colectiva de repressão sofrida pelos catalães. De acordo com este argumento, salvar as ruínas permitiria desfazer simbolicamente a História,²² restituir-lhes a sua história, e assim homenagear os oprimidos pelo Governo centralista. As ruínas seriam um memorial destinado a comemorar a afronta.²³ Este argumento identitário complementava-se perfeitamente com o universalista, que aludia ao valor científico das ruínas. Do ponto de vista das Humanidades e das Ciências Sociais, a qualidade do sítio arqueológico contribuía para aumentar o conhecimento nas disciplinas do urbanismo, da arquitectura, da antropologia da história social, não só catalãs, mas também europeias:

Trata-se de um caso único em toda a Europa onde, por um lado, se dá a possibilidade de contemplar e estudar, na íntegra, um fragmento perfeitamente localizado e coerente da Barcelona de finais do século XVII e princípios de XVIII. Além disso, é preciso referir o excelente estado de conservação dos restos (rede de ruas, trama urbana, sistema de rega, casas e palácios com os seus pátios, poços, escadarias, cozinhas, latrinas, etc., etc.), com todo o potencial museológico que isso representa. Estamos, por outro lado, ante uma autêntica jóia científica, que abre enormes possibilidades no que respeita ao estudo da evolução urbanística e arquitectónica deste sector da cidade entre os séculos XIV e XVIII. (Associació d'Arqueòlegs de Catalunya, 2002)

Os meios de comunicação deram ampla cobertura a estas posições. Todos os órgãos de administração pública implicados (Governos central e autónomo,²⁴ Câmara Municipal) se apressaram a reconhecer a relevância da jazida arqueológica, comprometendo-se também a levar para a frente o projecto da biblioteca, fosse onde fosse.

²² Nas palavras do Manifesto dos Arqueólogos: “Acabaremos nós, no início do século XXI, o que Felipe V não pode apagar de todo em 1714?” (Associació d'Arqueòlegs de Catalunya, 2002).

²³ Alguns não-catalanistas ridicularizaram este argumento, vendo na sua proposta a via perfeita para reforçar o que se percebe como a característica estereotipada da identidade catalã: o seu vitimismo. Veja-se Vidal-Folch, 2002: 4.

²⁴ Cabe esclarecer que a decisão, em última instância, estava nas mãos do Governo autónomo catalão, por se tratar do património histórico, competência desta administração.

De facto, a existência das ruínas já era bem conhecida pelos especialistas antes de terem começado os trabalhos de construção no Born. Encontrá-las não foi nenhuma surpresa para aqueles que conheciam alguma coisa da história da cidade. Tinham sido encontradas – e destruídas – ruínas do mesmo tipo muito perto dali em 1990, durante as escavações realizadas para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, em frente da Catedral, uma das muitas transformações impulsionadas pelo frenesim dos Jogos Olímpicos de 1992. Pouco importara destruí-las então, e também agora isso não devia incomodar muito os responsáveis das obras da biblioteca. Contudo, a mobilização de certos grupos de pressão, amplificada pelo eco da cobertura mediática, obrigou as instituições a refazerem o seu projecto inicial. Em Outubro de 2002 foi tornado público que o sítio arqueológico ia ser preservado e museologizado na sua totalidade. A biblioteca seria deslocada para outro lugar do mesmo bairro de La Ribera.

As circunstâncias que tornaram possível a preservação das ruínas, particularmente se se comparam com o caso citado – há muitos mais –, em que o resultado foi arrasá-las, são testemunho de como a relação do passado com o presente está sempre marcada por políticas do presente. Sem a conjuntural mobilização pública não teria havido preservação. Por outro lado, outra cidade menos orientada que Barcelona para a potenciação da indústria cultural teria sido talvez menos sensível ao argumento apresentado pelos peritos sobre o potencial da jazida arqueológica para ser convertida em museu. Vale a pena assinalar que, antes de haver qualquer decisão pública oficial sobre o futuro das ruínas, já se tinham calculado e publicado estimativas do número de visitantes que a sua hipotética museologização podia gerar.²⁵ Pere Durán, presidente da Oficina de Turismo de Barcelona, expressava assim o seu entusiasmo pelo novo museu:

Será um recurso turístico de primeiro nível, que reforça a nossa política de vender Barcelona como um destino cultural: foi-nos colocada nas mãos uma nova ferramenta de futuro. [...] No contexto brutal de competição turística, hoje todas as cidades europeias procuram aquilo que as pode diferenciar. Portanto, tudo o que, como o Born, reforce a identidade própria, é um factor de atracção. (Aragay, 2002b: 44)

A partir do muito influente ponto de vista da Oficina de Turismo, a invocação da identidade nacional e local é posta ao serviço do negócio turístico. Nos antípodas do essencialismo nacionalista, a perspectiva capitalista con-

²⁵ As estimativas indicam que o futuro museu receberá cerca de 380.000 visitantes por ano. (Aragay, 2002b: 44).

verte a identidade em mercadoria com grande valor de troca. Mas isso pouco importa quando cínicos e essencialistas compartilham na prática uma visão comum quanto ao que deve ser o museu: um intensificador da identidade barcelonesa e catalã para eles mesmos e para os forasteiros.

Para aqueles que lutaram por esta significação das ruínas, a definição da identidade catalã e barcelonesa não parece problemática e, portanto, também não o é a adjudicação de um passado e uma memória que supostamente se ajustam totalmente a essa identidade comum. Mais do que isso, a sua interpretação da jazida arqueológica dá por assente que esse espaço tem uma densidade simbólica de sentido unívoco, que proporciona significados culturais e sociais comuns, e que por isso deve ritualizar-se e institucionalizar-se em forma de museu.

O apelo à comunidade é fundamental, pois a ela compete definir este espaço futuro como público. Mas quem pode fazer parte desse público? Esta pergunta é particularmente premente tendo em conta a forte presença, particularmente em La Ribera, de nova imigração, constituindo *de facto* novos actores sociais, mesmo que ainda não reconhecidos como tal por muitos, começando pelas próprias instituições, que, a partir da legalidade vigente, questionam e impedem a própria legitimidade do seu estatuto de cidadania (Sauquillo, 2002). Se o Estado espanhol, neste caso o garante e adjudicador de cidadania, não os reconhece como agentes sociais com direitos e deveres, mal podem as comunidades imigrantes, em condições de cidadania tão precárias, actuar como tais agentes com alguma aparência de igualdade de condições. Não será de estranhar, então, que os meios de comunicação não registem as vozes destes habitantes do bairro na questão dos vestígios arqueológicos e nas discussões sobre a sua museologização. Para um entendimento integrador e universalizador da concepção, uso e acesso ao espaço público, dificilmente se poderá conseguir gerar espaços que inspirem “um entendimento comum do lugar”, e que possam “funcionar como elemento[s] unificador[es] e ajudar a forjar uma identificação e posse ‘públicas’ dos espaços da cidade” (Carataga, 1998: 215), quando parte desse público é invisível, por não possuir o estatuto de cidadão (Borja, 2003: 52). De qualquer modo, a incorporação *de facto* e não transitória na cidadania destas comunidades, procedentes de culturas tão díspares das locais já existentes, obrigará tarde ou cedo a repensar e renegociar o sentido da monumentalidade urbana, ou dos seus espaços de densidade simbólica, tendo o cuidado de introduzir o factor da luta desigual pelo acesso ao sentido do espaço público que se está a colocar em marcha.

Como nação sem Estado, que viveu sob a sombra repressora de sucessivos Governos espanhóis centralistas durante séculos, a noção de uma

memória colectiva unificada e unificadora capaz de interpelar todos os catalães, continua a ser um poderoso instrumento político para se opor a antigas e pouco democráticas atitudes, que não respeitam os direitos das minorias históricas. E nesse sentido, como uma estratégia política e não como uma essência, pode reclamar a sua legitimidade. Por outro lado, a identidade catalã, tanto como outras identidades nacionais, protegidas ou não por um Estado, tem que sujeitar os seus próprios demónios racistas e classistas à ameaça da diferença. Este conflito é particularmente evidente na capital catalã, que recebeu mais do que nenhuma outra urbe as sucessivas ondas migratórias procedentes de fora da Catalunha desde a década de 1950. É provável que estes mais recentemente incorporados cidadãos barceloneses e catalães não compartilhem nem abracem a mesma ideia hegemónica de Catalunha nem, portanto, se sintam identificados com o passado rememorado na *diada* e fortemente evocado pelos vestígios arqueológicos.

García Canclini (1999), referindo-se à forma como se constituem os imaginários urbanos, recorda-nos que as cidades pós-modernas e globais são cada vez mais uma *collage* de culturas radicalmente diferentes, cujo objectivo não é serem integradas num “melting pot”, mas sim conviver num contexto social que respeite diferenças, incluindo diferentes memórias colectivas. Na medida em que as ruínas do Born, através do sentido da sua museologização, reforcem uma ideia hegemónica de catalanidade, estarão também a contribuir para perpetuar o não reconhecimento dos que não cabem na comunidade imaginária unilateralmente definida. Poderão contrapor-me que aqueles que reconheçam nas ruínas do Born um espaço simbólico importante na sua concepção da catalanidade têm direito a pedir a sua preservação e a ritualizar, memorializar ou usar o espaço como quiserem, para sublinhar estes sentidos. Isso parece-me respeitável e de apoiar. O que não me parece tão correcto é que os fossilizemos, vinculando-os a uma só concepção do passado e da sua relevância no presente. A respeito precisamente dos memoriais, e parafraseando J. E. Young, adverte Curtis: “é necessário lembrar o processo de memorialização, re-apresentar a memória de maneiras que reconheçam a necessidade da mudança e admitir os diferentes motivos que temos para recordar” (Curtis, 2000: 65). Este entendimento dinâmico da memória não se produzirá sem a incorporação do presente e da sua historicidade na análise da memória. No caso que nos ocupa, se se decide privilegiar a invocação de um passado catalão, a própria localização das ruínas negá-lo-á ou, pelo menos, problematizá-lo-á. Por muita capacidade de interpegação que tenha entre catalães e turistas, o seu valor simbólico como memorial mais alienará muitos dos seus vizinhos mais próximos. E se assim

é, a categorização das ruínas e do futuro museu como espaços públicos é, no mínimo, limitada, e no máximo, falsa. Os seus muros constituirão barreiras para todo aquele que não tenha interesse em relacionar-se com um espaço nominalmente público, mas que emana uma simbologia hostil ou indiferente à própria experiência vital e aos próprios valores simbólicos.

Estas considerações, que têm que ver com a relação do passado encarnado pelas ruínas com o complexo presente da cidade, estiveram completamente ausentes do debate público sobre o futuro dos vestígios arqueológicos. É verdade que se debateu o impacto do novo equipamento na regeneração da zona e, em relação com isso, a responsabilidade das instituições na construção de um urbanismo de qualidade. Mas ninguém parece muito interessado em responsabilizar as instituições por fazerem os espaços públicos o mais públicos possível, em “conhecer os tipos de poder social [...] que permitem a um grupo reclamar o espaço à custa de outros”, para então “construir um espaço urbano que possa lidar com tais conflitos” (Amin *et al.*, 2000: 41).

Tratando-se de um projecto que tem a identidade nacional e local no centro do seu significado simbólico, o mais contestável do projecto do Born é que ameaça prescindir desse horizonte integrador de todos, que é o que dá verdadeiro sentido democrático aos espaços públicos. E não me refiro com isso à procura de um consenso conciliador que é, agora mais do que nunca, impossível.²⁶ O que critico na interpretação destas ruínas é que se tenha obviado qualquer consideração da historicidade de toda a identidade colectiva (e, portanto, da sua sujeição inapelável aos condicionamentos do presente), assim como a própria historicidade do espaço actual do qual surgiram as ruínas. Argumentar-se-á que nem todos os lugares públicos com óbvia densidade simbólica para a comunidade podem ou devem interpelá-la na sua totalidade, uniformemente, e que, por outro lado, as instituições não podem, nem é desejável que o pretendam, controlar os significados que um espaço público pode gerar para os seus utentes. Aquilo que verdadeiramente podem e devem, fazendo uso do poder determinante no desenho, na produção e na administração dos espaços públicos, é potenciar o acesso a esse espaço e a sua capacidade atractiva da forma mais universal possível, para que, desse ponto de partida, esse espaço possa mediar na subsequente produção social de conflitos e negociações.

²⁶ “A configuração do espaço público a partir de decisões de planeamento local é o resultado de lutas de poder entre redes de actores [...] é extremamente improvável haver um verdadeiro consenso entre diferentes participantes com representações distintas e frequentemente contraditórias” (Hillier, 1998: 226), sobretudo quando alguns destes actores não são reconhecidos como tal, caso dos novos imigrantes.

O que se anuncia neste momento é um projecto que, a concretizar-se, encarnará valores sociais que já são dominantes, dos quais, previsivelmente, emanarão significados sociais igualmente dominantes: por um lado, uma determinada concepção e narração da identidade catalã, a sua versão, como diria Bhabha (1991: 297), pedagógica; por outro, o compromisso das instituições com o mercado (do lazer e do turismo). A própria instituição do museu tem muito que ver com este processo de significação, ao representar maioritariamente um uso que convida a uma contemplação extasiada e passiva de um passado monumentalizado, isolado do espectador e definido de antemão para ele.²⁷ Ou então, e em sintonia com um conceito do museu como parte da indústria do entretenimento, que lhe promete uma interpretação e uma experiência totais do passado. É como próximas deste sentido de “parque-tematização” do museu que devem ser entendidas as linhas de actuação do seu desenho que acabam de ser tornadas públicas (“La Barcelona”, 2003: 3), e que insistem em produzir “o espectáculo da transformação da cidade moderna e contemporânea” e em “colocar estabelecimentos comerciais contemporâneos relacionados com as actividades históricas documentadas no sítio arqueológico”, rentabilizando assim a outra linha de argumentação utilizada para valorizar as ruínas, a que insiste na riqueza do tecido urbano recuperado.

A originalidade e potencialidade da jazida arqueológica convidam a uma interpretação, e conseqüente intervenção no espaço, de natureza diferente e, na minha opinião, mais democrática que a do museu proposto. As ruínas são um híbrido entre objecto, por um lado, e edifício, ou melhor, tecido urbano, por outro. Ao museologizá-las insiste-se em sublinhar que são objecto e potencia-se a sua “reificação” como fetiche do passado.²⁸ A circunstância de desenterrarem agora os restos de um espaço urbano proto-moderno malogrado, que ressurgue graças às transformações que os interesses de uma sociedade pós-industrial tornam possíveis, é enormemente sugestiva e rica. As ruínas põem em cena o mais intrínseco da historicidade urbana: a sua qualidade de palimpsesto, de espaço profundo composto de

²⁷ “Embora sejam possíveis outras experiências, a obra de arte na galeria é experienciada primordialmente num estado de contemplação. A contemplação da arte é uma forma de consciencialização visual de um único objecto por um único observador, em que o som, o olfacto e o tacto são, tanto quanto possível, eliminados. Inserida num recinto hermético e protegida da degradação, a obra de arte é vista mas nunca usada. O observador não deixa rasto nem marca” (Hill, 2002: 321).

²⁸ Um último elemento das linhas de actuação que desenharão o futuro museu, mencionadas anteriormente (“La Barcelona”, 2003), propõe-se abrir as ruínas ao presente, mediante o seu apetrechamento para que nelas se celebrem actos culturais, especificando-se concertos de música clássica, teatro e dança. Ainda que este uso proposto implique a integração das ruínas na Barcelona actual, está claramente restringido por uma interpretação elitista da cultura que limitará o uso desse espaço público.

camadas de espaço/tempo, umas visíveis, porque compatíveis entre si, outras invisíveis, tornadas incompatíveis mas ainda latentes e, como no caso das ruínas do Born, inopinadamente recuperáveis e convertíveis em compatíveis. Mais ainda, os restos encontrados de uma cidade desaparecida põem em evidência aquilo a que poderíamos chamar política do palimpsesto: a vontade e a luta do presente para apagar o passado, mas também a impossibilidade de apagá-lo completamente. E desta impossibilidade surge a complexidade de um espaço que, das suas margens, se vê interrompido, descontinuado, contestado, tornado incongruente. Entender as ruínas como reveladoras da cidade-palimpsesto,²⁹ significa entendê-las como espaço construído, como tecido urbano do passado que, ao irromper no presente, força ambos à convivência e à re-significação mútua. Como diz Chambers: “Como espaço de vidas anteriores, a cidade torna-se uma acumulação mutável de traços, um palimpsesto a ser retrabalhado e re-escrito vezes sem conta” (Chambers, 2000: 416). Na prática, a minha proposta é uma opção anti-museológica, porque requer, não o isolamento reverente e “reificante” no museu, mas a integração no tecido urbano dos vestígios. Na adequação da jazida arqueológica requerida por esta interpretação, o saber dos arquitectos poderia inverter-se para tornar possível essa integração que, se é verdade que respeitava a herança do passado e a sua integridade como património, ao mesmo tempo a conectava com o actual tecido urbano em vez de a separar dele, na rigidez conceptual do dentro e do fora que um museu convencional supõe. Para, em seu lugar, potenciar a fluidez do trânsito cidadão, e favorecer com isso a presença de todos nas ruínas, de forma a convertê-las num espaço usado (Hill, 2002: 320) pelo transeunte para além (e sem a excluir) da contemplação facilitada pelo museu.³⁰ Por outras palavras, para facilitar a sua conversão num espaço social e público.

É evidente que esta possibilidade de “antimuseu” surge do entendimento do edifício/ruína como parte do tecido urbano de que emerge, formando parte da sintaxe, da gramática desse espaço urbano e, portanto, intervindo

²⁹ O Museu d’Historia de la Ciutat de Barcelona, como disse anteriormente (ver nota 19), é hoje o único museu da cidade que conta com património arqueológico, romano e medieval. A sua visão histórica da cidade consiste em considerá-la como formada pela sobreposição e sucessão de testemunhos arquitectónicos, que compete ao museu ordenar e classificar para o visitante, mas não problematiza a relação entre aqueles: “Barcelona e a sua história constituem o objecto de interesse fundamental do Museu de História da Cidade, cujas instalações se encontram no centro histórico da mesma. O visitante pode aproximar-se da história de Barcelona através dos restos materiais do passado. [...] A história da cidade está cheia de testemunhos que se sucedem e sobrepõem” (Museu d’Història de la Citat de Barcelona, webpage).

³⁰ Existe uma proposta de centro cultural para o Born na linha que estou a propor aqui (Aragay, 2002a: 41; Castells, 2002: 40; Galí, 2002: 4), uma vez que leva em consideração a integração na – e a abertura à – cidade presente.

nos processos de significação que gera todo o espaço social. Se são as práticas que vão transformando o espaço, as ruínas, tanto como o resto do espaço urbano, são um fluxo, e não algo estático, inamovível e fossilizado no tempo. Dentro do entendimento do espaço que o trabalho de Lefebvre (1991) tornou possível, como produzido socialmente, edifícios, ruas e praças apresentam-se-nos como espaços vivos e vividos na experiência quotidiana, transformados na miríade de práticas quotidianas (Certeau, 1985: *passim*) de usufruto e circulação por esses espaços urbanos. O espaço construído, ruínas ou novos edifícios, é, tanto como os sujeitos, activo e transformável (Borden, 2001). A presença iniludível da ruína, a sua existência no espaço, faz dela parte inextricável da experiência quotidiana do espaço de todos aqueles que circulem nas suas imediações. E essa experiência repetida, esse uso do espaço construído, gera uma dinâmica de sentidos que modifica todos os que intervêm no processo significativo.³¹

Insistir nesta dinâmica de construção social do espaço permite politizar a nova presença das ruínas em Barcelona. Em primeiro lugar, porque confere representatividade, capacidade transformadora e entidade de sujeito (e não só de objecto) à comunidade local, frente à hegemónica força significadora, a que nos referimos na primeira parte deste artigo, daqueles que projectam, financiam e gerem os espaços urbanos de uso público. Em segundo lugar, e em consequência do primeiro, porque desestabiliza radicalmente a categoria de passado urbano concedida à jazida arqueológica, dinamizando-o e funcionalizando-o no presente.

Do ponto de vista psicanalítico, imprescindível para tratar a memória, os rastros e vestígios do passado urbano, recuperados fisicamente pela escavação e no seu significado graças ao labor dos arqueólogos, têm de ser pensados necessariamente na sua relação dialéctica com o presente: “O processo de desvendar o passado está dialecticamente relacionado com a questionação do presente. [...] A relação metafórica entre a arqueologia e a psicanálise está enraizada numa dinâmica de construção sobre as fundações do passado, em que os ‘vestígios da memória’ se encontram adormecidos até serem recuperados no presente” (Curtis, 2000: 65). Tal como víamos com o palimpsesto, a arqueologia proporciona-nos, no caso da jazida arqueológica do Born, não só uma boa metáfora para pensar a relação entre presente e memória na cidade, mas também a materialização da sua participação concreta e decisiva na recuperação desses vestígios de memória material, que anos antes ninguém se tinha incomodado em reivindicar.

³¹ “Usar um edifício é alterá-lo, quer seja transformando-o fisicamente, ocupando-o de formas pouco usuais ou concebendo-o de novo. [...] A arquitectura faz-se pelo uso e pelo desenho” (Hill, 2002: 327).

A lição a extrair dessa constatação é que o passado deve servir para questionar o presente, reconhecendo que ambos se modificam no processo. Dadas as características, tanto do espaço em que ressurge a jazida arqueológica, como desta mesmo, o potencial de re-significação de ambos pode ser enormemente produtivo. Referi-me mais acima à insistência dos arqueólogos e historiadores em que a riqueza da jazida se baseia no facto de se haverem conservado extraordinariamente restos que permitirão investigar a fundo a vida quotidiana das classes populares e dominantes dos séculos XIV a XVIII. O facto de serem considerados, a partir do presente, como vestígios do passado faz ascender à categoria de história pública da cidade toda uma série de elementos encontrados, que na sua época não passavam de ferramentas quotidianas. Valorizar a vida quotidiana, nos seus espaços e nos seus objectos, como receptáculos significativos de história pública, tem sido prática habitual da história e da arqueologia,³² e é hoje em dia um dos motores daquilo que em inglês se denomina “heritage industry”, a indústria (turística) do património. Mas se deslocamos essa valorização global do quotidiano, que não discrimina por razões de classe, género ou raça, para o presente, ela adquire um significado político muito mais radical. Isto é precisamente o que propõe o trabalho da historiadora e activista Dolores Hayden (1995): reclamar a historicidade de todo o espaço urbano, particularmente a dos espaços humildes e privados onde se desenrola a vida das minorias e dos grupos oprimidos. Objectivo: re-significar no presente a história pública da cidade para incluir os que sempre são excluídos da História.³³ O potencial subversivo da proposta de Hayden pode activar-se, no caso do Born, se se fomentar a “contaminação” dos espaços do passado e do presente na imbricação que tenho estado a propor, e com ela se estender a valoração do quotidiano como história pública, das ruínas até aos espaços quotidianos, no seu contexto da Barcelona actual, sem excluir nenhum dos seus agentes sociais.

Conclusão

Potenciar e sublinhar o encontro entre passado e presente que a presença física dos restos do Born faz tão real, pressupõe intervir activamente para tornar possível um espaço social/público/cultural que escape à dinâmica

³² A antropologia e a etnografia, antes de entrar em crise disciplinar, faziam o mesmo com comunidades que residem num estádio anterior de temporalidade (primitivo), ou então numa temporalidade diferente.

³³ No caso de Barcelona, seria para muitos impensável e intolerável considerar, por exemplo, as barracas habitadas por ciganos durante anos no Somorrostro, e hoje desaparecidas, como espaço de história pública.

dominante dos espaços culturais, particularmente os museológicos, da Barcelona pós-industrial, que descrevi na primeira parte deste trabalho. Como espaço potencialmente repositório da memória nacional catalã, tratar-se-ia de problematizar a sua fossilização ao serviço de uma ideia essencialista de nação. Por outro lado, através de uma vinculação fluida, que faria falta construir espacial e discursivamente, com a comunidade local, converter-se-ia esta, na sua diversidade, em protagonista da significação identitária que se vá associando ao museu, e que por consequência deveria ser plural, negociada e dinâmica. Romper-se-ia também assim com a ideia dominante em Barcelona do espaço cultural como embalado principalmente para o consumo no mercado turístico. Estes novos valores que proponho que sejam associados ao futuro museu do Born, reinscrevem Barcelona como cidade global, de formas mais complexas do que aquelas que permitem qualificá-la de cidade pós-industrial e destino preferido do consumidor de lazer, e de formas mais solidárias que aquelas que se deduzem da sua participação na recepção dos circuitos migratórios globais.

Tradução de
António Apolinário Lourenço

Referências Bibliográficas

- “La Barcelona antiga i contemporània conviuran a les restes del Born”, *Avui*, 11/3/2003, 39.
- “Patrimonio, museos y ciudad” (2001), Cuaderno Central de *Barcelona Metrópolis Mediterrànea*, 55.
- Ajuntament de Barcelona, Padró Municipal d’Habitants (2003), *Observatori de la immigració Gener 2003*.
- Amin, Ash; Massey, Doreen; Thrift, Nigel (2000), *Cities for the Many, Not the Few*. Bristol: The Policy Press.
- Aragay, Ignasi (2002a), “Un Born sense biblioteca”, *Avui*, 29/6/2002, 41.
- Aragay, Ignasi (2002b), “El futur museu del Born rebrà 380.000 visitants el primer any”, *Avui*, 11/10/2002, 44.
- Associació d’Arqueòlegs de Catalunya (2002), “Manifest en defensa del patrimoni comú: les restes descobertes al Mercat del Born de Barcelona”, <http://www.cobdc.org/03grups/infobibcat/arqueolegs.doc>. Fechado em 18/3.
- Balibrea, Mari Paz (2001), “Urbanism, Culture and the Post-Industrial City: Challenging the ‘Barcelona Model’”, *Journal of Spanish Cultural Studies*, 2(2), 187-210.
- Bhabha, Homi (1991), “DissemiNation: Time, Narrative, and the Margins of the Modern Nation”, in Homi Bhabha (org.), *Nation and Narration*. Londres: Routledge, 291-322.

- Bianchini, Franco (1993), “Remaking European Cities: the Role of Cultural Policies”, in Franco Bianchini; Michael Parkinson (orgs.), *Cultural Policy and Urban Regeneration. The West European Experience*. Manchester: Manchester University Press, 1-20.
- Borden, Iain (2001), *Skateboarding, Space and the City: Architecture and the Body*. Oxford: Berg.
- Borja, Jordi (2003), “Immigració i ciutadania política. Un repàs a Europa”, *L’Avenç*, 277, 51-55.
- Borja-Villel, Manuel (2002), “Museo, memoria e identidad”. Apresentação inédita apresentada no congresso *The future of cities: Barcelona*. Londres, 9 de Novembro de 2002, Institute of Romance Studies, University of London.
- Boyer, M. Christine (1994), *The City of Collective Memory, Its Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Carataga, Lea (1998), “New Meanings of Place: the Place of the Poor and the Loss of Place as a Center of Mediation”, in A. Light; J. M. Smith (orgs.), *Philosophy and Geography (I): Philosophies of Place*. Oxford: Rowman and Littlefield, 215-237.
- Castells, Ada (2002), “Partidaris de fer la biblioteca fora del Born omplen el FAD”, *Avui*, 3/7/2002, 40.
- Certeau, Michel de (1985), “Practices of Space”, in Marshall Blonsky (org.), *On Signs*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 122-145.
- Chambers, Iain (2000), “Architecture, Amnesia and the Emergent Archaic”, in Iain Borden *et al.* (orgs.), *The Unknown City: Contesting Architecture and Social Space*. Cambridge, Mass: MIT, 409-422.
- Curtis, Barry (2000), “That Place Where: Some Thoughts on Memory and the City”, in Iain Borden *et al.* (orgs.), *The Unknown City: Contesting Architecture and Social Space*. Cambridge, Mass: MIT, 55-68.
- Duncan, Carol (1991), “Art Museums and the Ritual of Citizenship”, in Ivan Karp; Steven D. Lavine (orgs.), *Exhibiting Cultures. The Poetics and Politics of Museum Display*. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press, 89-103.
- Galí, Beth (2002), “Born-Biblioteca, jugada a cinco bandas”, *El País*, 31/7/2002, Sección Cataluña, 4.
- García Canclini, Néstor (1999), *La globalización imaginada*. Barcelona: Paidós.
- Hayden, Dolores (1995), *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*. Boston: MIT.
- Hetherington, Kevin (1998), *Expressions of Identity. Space, Performance, Politics*. Londres: Sage.
- Hill, Jonathan (2002), “Weathering the Barcelona Pavilion”, *The Journal of Architecture*, Vol. 7, Winter, 319-327.
- Hillier, Jean (1998), “Representation, Identity, and the Communicative Shaping of Place”, in A. Light; J. M. Smith (orgs.), *Philosophy and Geography (II): The Production of Public Space*. Oxford: Rowman and Littlefield, 207-232.

- Koolhaas, Rem (2000), "Whatever Happened to Urbanism", in Malcolm Miles; Iain Borden; Tim Hall (orgs.), *The City Cultures Reader*. Nova Iorque: Routledge, 327-329.
- Lefebvre, Henri (1991), *The Production of Space*. Oxford, UK: Blackwell.
- Light, A.; Smith, J. M. (1998), "Introduction: Geography, Philosophy, and Public Space", in *idem* (orgs.), *Philosophy and Geography (II): The Production of Public Space*. Oxford: Rowman and Littlefield, 1-16.
- Mandoki, Katya (1998), "Sites of Symbolic Density: a Relativistic Approach to Experienced Space", in A. Light; J. M. Smith (orgs.), *Philosophy and Geography (I): Philosophies of Place*. Oxford: Rowman and Littlefield, 73-95.
- Mascarell, Ferran (2001), "Los museos de Barcelona (1975-2000). Noticia de 25 años de programas", Cuaderno Central de *Barcelona Metròpolis Mediterrànea*, 55. Versão digital: http://www.publicacions.bcn.es/bmm/55/cs_qc01.htm
- Museu d'Història de la Ciutat de Barcelona, http://www.bcn.es/cgi-bin/eveure_eq.pl?id=92086011563 .
- Roca, Joan (org.) (2003), "L'atracció de Barcelona. Migracions del segle XX", Dossier da revista *L'Avenç*, 277, 25-56.
- Sauquillo, Francisca (2002), "La sutileza del racismo institucional: una perspectiva estatal y europea", in S.O.S. Racismo, *Informe Anual 2002. Sobre el racismo en el Estado Español*. Barcelona: Icaria, 31-34.
- Vidal-Folch, Ignacio (2002), "Chuky y la rata", *El País*, 8/4/2002, Sección Cataluña, 4.